

# VISÃO DO CORREIO

## Voto envergonhado

**U**m manto encobre parte importante da história do país todas as vezes que a Câmara dos Deputados ou o Senado Federal toma uma decisão em votação secreta. São momentos em que se negam ao eleitor o direito e o dever de acompanhar e fiscalizar as deliberações legislativas. Argumenta-se que o instrumento protege o parlamentar de pressões, sobretudo do Executivo. Na verdade, tira-se do cidadão a única forma de controle que poderia exercer sobre seus representantes. Foi o trunfo que se valeu na quarta-feira o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) para preservar o mandato.

No caso da votação do relatório do Conselho de Ética que recomendava a cassação por quebra de decoro parlamentar, o presidente do Senado contou com escudo duplo: voto secreto e sessão fechada. O primeiro está previsto no artigo 55, parágrafo 2º da Constituição Federal. O segundo, inexistente na Câmara, consta no artigo 197, inciso I, alínea C do Regime Interno do Senado. Mudar as regras às vésperas da votação seria casuismo. Mantê-las agora é ir contra o anseio contemporâneo por transparência, sobretudo na vida pública. Portanto, cabe ao Congresso proceder à correção, sem mais delongas.

O debate é antigo. Mas tergiversa-se sempre que o voto secreto entra em pauta. Foi assim por ocasião do julgamento dos acusados no escândalo do mensalão. Sob a proteção do anonimato, o plenário absolveu 12 dos 15 acusados que enfrentaram os processos (quatro renunciaram antes e apenas três tiveram o mandato cassado). O choque provocado pela impunidade reforçou as cobranças pelo voto aberto e uma proposta de emenda constitucional (PEC) chegou a ser aprovada em primeiro turno na Câmara. Bastou, contudo, a opinião pública arrefecer para não avançar mais.

No Legislativo, o escrutínio secreto só serve à traição. Fidelidade, todos praticam às claras. É na clandestinidade que se dão as transgressões, manobras espúrias e negócios escusos progridem, manipulações favorecem interesses menores. Na falta de transparência, perde-se a credibilidade. Desgastado por sucessivos escândalos, é hora de o Congresso Nacional reagir para recuperar o respeito da nação. O primeiro passo foi dado pelos deputados. Que a PEC seja posta em votação em segundo turno, aprovada e rapidamente encaminhada ao Senado, para que também lá possa ser apreciada em dois turnos e tornada lei o quanto antes, enterrando-se de vez o voto da vergonha.